

“TRAVESTEENS¹”: ENTRE AS INSTITUIÇÕES E A PISTA. NOTAS DE UM
EDUCADOR SOCIAL DE RUA*.

Tiago Duque**

RESUMO: A partir da Sociologia das Diferenças e da Teoria Queer, apresento algumas notas sobre a minha atuação como educador social de rua do Programa de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) na cidade de Campinas/SP entre os anos de 2005 a 2007. Estas notas são apresentadas à luz de características heteronormativas que favorecem a vulnerabilidade social que as travestis adolescentes têm vivenciado por encontrarem unicamente nos locais de prostituição o espaço fundamental para a elaboração de suas identidades travestis. Abordo também a dificuldade da maior parte das instituições, voltadas para o atendimento e a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, em aceitar e reconhecer a identidade de gênero feminina destes sujeitos. O olhar tutelar institucionalizado de diversos profissionais de que todos os sujeitos nesta faixa etária, entre outras coisas, devem priorizar os estudos formais, o vínculo familiar, a formação profissional, as relações afetivas não sexuais, a obediência e a aceitação do desenvolvimento “natural” do corpo e o respeito incondicional às relações hierárquicas com os “mais velhos”, são algumas das características que dificultam o acesso e a permanência das adolescentes travestis em instituições como abrigos e casas de passagens. A lógica heteronormativa da proteção a estes sujeitos em “situação de risco” revela mais do que um interesse em enfrentar/combater a ESCCA, mas também uma tentativa de impedir a própria existência da travestilidade.

Palavras-chave: Teoria *queer*; Sociologia das diferenças; Travestis, Adolescência, Prostituição.

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar algumas notas sobre adolescentes travestis que mantêm ou mantiveram experiências nos espaços de prostituição na cidade de Campinas (SP) ou que passaram pelas instituições que compõem nesta cidade o Programa de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) da Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social (SMCTAIS). Aqui, tomo como

* Este texto foi apresentado no 5º ENUDES – Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual; realizado no ano de 2007 em Goiânia/GO.

** Formado em Ciências Religiosas e Ciências Sociais - PUC Campinas. Mestrando em Ciências Sociais - Universidade Federal de São Carlos/UFSCar. Membro do grupo de pesquisa “Corpo, Identidade Social e Estética da Existência”, sob a coordenação do Professor Dr. Richard Miskolci. E-mail: duque_hua@yahoo.com.br.

¹ A palavra “Travesteens” foi usada pela primeira vez em matéria jornalística que afirmava, em relação a realidade de prostituição no Brasil: “Campinas é ‘pólo de importação’ de travestis adolescentes” (AZEVEDO & SILVA, 2004).

material empírico a experiência das travestis² adolescentes que pude conhecer durante a minha atuação enquanto Educador Social de Rua nas versões deste programa referentes aos anos de 2005, 2006 e parte de 2007.

Os referenciais teóricos que fazem parte deste texto são:

1-) A sociologia das diferenças, a qual se dedica ao enfoque nos processos sociais de classificação, controle e/ou estigmatização daqueles socialmente vistos como “diferentes”, antes classificados como “desviados” ou “anormais”. Segundo MISKOLCI (2005), esta mudança de abordagem começou após a Segunda Guerra Mundial, ou seja, associada ao declínio dos modelos biológicos de compreensão de identidades sociais. Três correntes, segundo este autor, marcaram essa mudança: os feminismos e seus desenvolvimentos nos estudos de gênero, os estudos sociológicos e culturais voltados para a compreensão das diferenças e a obra de Michel Foucault.

2 - A Teoria *Queer*³. Compreendo os estudos *queer* como voltados à análise dos processos de categorização sexual e sua desconstrução (GAMSON, 2006, p. 347). Os autores *queers* atentam para as formas como a distinção homossexual/heterossexual serviu de base para todos os aspectos da vida contemporânea e, além disso, visibilizam o caráter compulsório da heterossexualidade e a forma como ela embasa saberes e práticas sociais (MISKOLCI, 2005).

Este texto inicia com uma apresentação da realidade das adolescentes travestis nos espaços de prostituição. Relato em seguida alguns dos posicionamentos dos profissionais e instituições vinculadas ao já citado programa. Finalizo apontando para a necessidade de problematizarmos a forma como a tentativa de construção de “projetos de vidas” para esses

² Como Marcos Benedetti (2000) e Larissa Pelúcio (2007), justifico o uso do substantivo “travesti” no gênero gramatical feminino devido a uma exigência êmica.

³ “Queer”, em inglês, pode significar “excêntrico”, “esquisito”, “diferente”; bem como o “pervertido sexual”, “marginal”, “estigmatizado” ou “anormal” (ESCOFFIER, 1998).

sujeitos nos impende de pensarmos novas experiências de vidas não completamente conformadas à heteronormatividade.

Travestilidade e Prostituição, um olhar além da exploração sexual.

A “travestilidade” é um processo de transformação e construção identitária. Ela aponta para uma multiplicidade de experiências ligadas à construção e desconstrução dos corpos, ainda que haja uma rigidez na gramática de gênero das travestis (PELÚCIO, 2007). Estas experiências identitárias constituem-se em relação à heteronormatividade. Segundo Richard Miskolci (2007a), “A heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade” (MISKOLCI, 2007a).

A *montagem* dos corpos das travestis, isto é, a construção de uma imagem feminina em um corpo biologicamente masculino, torna-se comumente visível na adolescência. Estas mudanças corporais interferem nas relações que esses sujeitos mantêm com a família e a escola. Em relação à família, Marcos Benedetti (2004) descreve que são frequentes os maus tratos na infância por parte de familiares em relação aos trejeitos ou “modos” femininos apresentados por estes sujeitos. Já na escola, Guacira Lopes Louro (2003) afirma que a homofobia é consentida e ensinada por meio do desprezo, do afastamento e pela imposição ao ridículo daqueles que não se apresentam com comportamentos reconhecidos como heterossexuais. Afinal, “a homofobia como dispositivo regulador das relações eróticas têm como alvo qualquer manifestação que ameace a impressão de que a heterossexualidade é universal e natural (MISKOLCI & PELÚCIO, 2007). Assim, o rompimento destes sujeitos com seus familiares e com os espaços de educação formal, revela uma característica fundamental desta expressão identitária: ela se “inicia” com a exposição ao escrutínio público.

Ao contrário de adolescentes e jovens gays, permanecer (ou entrar) no “armário” não é uma opção para as travestis: “O armário é uma forma de regulação da vida social de pessoas

que se relacionam com outras do mesmo sexo, mas temem as conseqüências nas esferas familiar e públicas. Ele se baseia no segredo, na ‘mentira’ e na vida dupla.” (MISKOLCI, 2007, p. 58). Fora do “armário”, longe da escola e freqüentemente distantes de seus familiares, as relações criadas no universo da prostituição são fundamentais para estes sujeitos e marcam o início de sua *montagem*. Nele o simbolismo é um potencial explosivo que permeia a vida diária das travestis, simbolismo este que delimita um espaço social/sexual diferente do mundo da normalidade heterossexual, um espaço que é marcado tanto pelo perigo como pelo prazer, e pela constante inversão do que seriam as convenções aceitas (PARKER, 2002).

Na prostituição esses sujeitos aprendem juntos de outros, todas as técnicas corporais para construir sua estética particular. O processo inicia-se normalmente com a terapia hormonal, isto é, o consumo de hormônios femininos indicados por outras travestis. Porém, para conseguir as mudanças corporais necessárias os hormônios são insuficientes, então, a aplicação do silicone líquido (industrial) em diferentes partes do corpo é praticada e legitimada por grande parte das travestis. A aplicação de silicone é reconhecida por estes sujeitos como um dos processos constitutivos de suas identidades (SILVA, 1993; BENEDETTI, 2000; DUQUE, 2005; PERES, 2005; PELÚCIO, 2007).

Há diferentes dinâmicas de prostituição em que as travestis estão inseridas. Em Campinas, grande cidade do interior paulista, a maior parte delas é controlada por cafetinas travestis (raramente são mulheres ou homens) que, entre outras coisas, alugam os quartos de suas casas para que as travestis possam morar cobrando um valor relativamente alto, intitulado de “diária”. Dinâmica similar é relatada por estudos feitos em outras cidades brasileiras (BENEDETTI, 2004; PELÚCIO, 2007). As cafetinas exercem controle sobre o trabalho sexual das travestis, mesmo daquelas que não estão sob o seu teto; neste caso, chegam a cobrar uma espécie de “pedágio” para que as travestis possam se prostituir na rua

onde "controlam" o mercado sexual. Além disso, algumas cafetinas são *bombadeiras*, isto é, as responsáveis pela aplicação do silicone líquido. Este serviço é vendido às travestis, tornando-as ainda mais dependentes das cafetinas. No entanto, como afirma Larissa Pelúcio (2007), o envolvimento das travestis com as cafetinas freqüentemente se revela como uma relação de "cuidado" e "proteção", o que permite algumas travestis chamarem determinadas cafetinas de "mãe".

A *pista*, local de prostituição em meio aberto (praça, ruas, avenidas, etc), também é o espaço onde as travestis têm legitimada e reconhecida a sua feminilidade. Este reconhecimento passa, principalmente, pelo discurso, pela necessidade de "serem tratadas como mulher". Sobre o "serem tratadas como mulher", Hélio Silva (1993) afirma que quando a travesti "passa por mulher", mesmo não se sentindo mulher, é sinal de assunção plena do seu feminino. Na *pista*, mesmo com algumas posturas de pessoas desqualificando sua identidade de gênero feminina (as travestis relatam que homens de dentro de seus carros as chamam por nomes masculinos no aumentativo ou jogam objetos para feri-las), há uma grande parcela de sujeitos dos mais variados perfis que as admiram e as reconhecem como "mulheres de pintos" e não como "homens de peitos" (DUQUE, 2005). Assim, como escreveu Wilian Siqueira Peres (2005), o corpo travesti traz em seu bojo "Uma ambigüidade que coloca em xeque as classificações sexuais e de gênero tradicionais, deixando muita gente confusa e perdida frente a expressão dessas novas identidades sexuais e de gênero" (PERES, 2005, p. 25-26).

O que é apontado por PERES (2005), revela que as experiências das travestis têm proporcionado uma reflexão complexa sobre o que temos construído e classificado como "feminino" ou "masculino" em nosso meio, sabendo que: "As imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constitui a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece" (BUTLER, 2003, p. 162). Esta abjeção não impede que esses sujeitos conquistem um "estado

de graça” (GOFFMAN, 1998), que lhe dá orgulho e que está acima de qualquer medo ou risco, reconhecendo que “Depois de um trabalho de aprendizado de ocultamento, então, o indivíduo pode começar a desaprendê-lo” (GOFFMAN, 1988, p. 113).

No entanto, sobre este orgulhoso “estado de graça”, vale lembrar que se mistura um universo diário de violência e preconceito, fazendo com que “Algumas situações violentas são de tal forma naturalizadas que muitas vezes são apontadas pelas próprias travestis como a única solução para um impasse” (BENEDETTI, 2004, p. 36).

“Projeto de Vida”: heteronormatividade institucionalizada.

Alguns conceitos precisam ser problematizados para que este texto possa atingir seu objetivo. Um deles é o de ESCCA, que segundo a maior parte dos profissionais e das referidas instituições, assim como o programa em questão, é entendido como “uma relação de poder e de sexualidade mercantilizada, que visa a obtenção de proveitos por adultos, que causa danos bio-psico-sociais aos explorados que são pessoas em processo de desenvolvimento” (CECRIA, 1999, p. 23). Mas, as relações entre “clientes” (chamados pelos profissionais destas instituições como “pessoa autora de violência” ou “vitimizador”) e adolescentes, nem sempre causam danos “bio-psico-sociais” a estes sujeitos. Além disso, a realidade tida oficialmente como “exploração” nem sempre é entendida assim pelos envolvidos e, do ponto de vista prático, não necessariamente o explorado sempre é o mais jovem.

A defesa do emprego do termo ESCCA entre os profissionais que atuam com esta “população em situação de risco” vem cercada de interpretações questionáveis sobre a experiência dos adolescentes na prostituição. Uma delas é de que há sempre exploração em se tratando de menores de 18 anos e um(a) adulto(a), porque nesta faixa etária não haveria, por parte dos adolescentes, condições de escolha. Pelo contrário, estes sujeitos são vistos como vítimas de suas experiências de vida, as quais os teriam levado “tragicamente” para o mercado do sexo. Especialmente no caso das travestis, como já foi exposto anteriormente, os espaços

de prostituição possuem certas propriedades comuns que passaram pelos mesmos crivos sócio-dinâmicos, com arranjos supras individuais que levam em conta as necessidades coletivas; características estas que fazem possível as suas transformações e construções identitárias. Assim, o não reconhecimento dessas características por parte dos profissionais, das instituições e da SMCTAIS dificulta uma compreensão do que é importante ser garantido a essas adolescentes quando elas estão fora deste universo.

Outro conceito merecedor de atenção é o de “adolescência”. Desconsiderando que a adolescência em nossa sociedade “vem se tornando um período cada vez mais longo e mais complexo” (BECKER, 1986), o referido programa e, conseqüentemente, a maior parte dos profissionais e das referidas instituições vinculadas a ele, adotam uma definição etária fixa, rígida, limitada e aprisionadora contida no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, “pessoa entre doze e dezoito anos” (CAMPINAS, 2003). Com isso, muitas vezes, de um dia para o outro, adolescentes travestis deixam de ser atendidas por terem completado 18 anos. Esta categorização de adolescente em um dia, e adulto no outro, aponta para a passagem de uma condição administrativa/legal de “explorada” para a de “profissional do sexo”, desresponsabilizando assim, os espaços da rede de atenção e proteção a crianças e adolescentes em atendê-las. O mesmo ocorre com adolescentes não travestis.

Junto dos conceitos problematizados acima, chamo também a atenção para a caracterização dada ao papel do Educador Social de Rua que deve procurar criar um vínculo com crianças e adolescentes em situação de rua (neste caso específico aqueles que se prostituem em meio aberto, vivendo na rua ou não) e a partir deste vínculo, tentar fazer com que eles se disponham a contar o seu histórico e a construir e a materializar um “projeto de vida”, ou seja, “que este menino ou menina passe a buscar expansão da possibilidade de sua realização”. (CRAMI, 2006). Tal papel se estende também a outros profissionais que terão

contato posterior com essas crianças e adolescentes caso eles desejem ir até as instituições, como, por exemplo, assistentes sociais, psicólogos e arte-educadores.

A construção e a materialização de um “projeto de vida” implica, quase sempre, em uma tentativa de fazer com que os adolescentes retomem os estudos formais e o vínculo familiar, o que levaria ao abandono da prostituição. Estas implicações partem de uma interpretação de que os adultos estão em uma condição de discernimento sobre as vidas dos “menores” muito maior do que eles próprios. Este tipo de “projeto de vida” impõe, no caso das adolescentes travestis, uma “desmontagem” de suas identidades femininas construídas na *pista*. Esta “desmotagem”, inclusive, é a primeira exigência para que algumas instituições aceitem acolher essas adolescentes quando não há possibilidade de retorno à família. Entre outras coisas, faz parte do “voltar a ser menino” no processo de “acolhimento” e “proteção” dessas adolescentes: 1 - o encaminhamento delas a abrigos masculinos, dando maior legitimidade ao seu sexo biológico e não à sua identidade de gênero; 2 - a mudança do discurso, não sendo permitido assim a utilização do *Bajubá*⁴, que traz características identitárias e históricas marcantes às experiências travestis; 3 – cortar os cabelos longos e a proibição da continuidade da terapia hormonal, assim como das técnicas de depilação e maquiagem; 4 - a exigência do abandono imediato de suas práticas sexuais; 5 - a volta obrigatória aos espaços de educação formal; 6 - a restrição em receber visitas de amigos e amigas que não fazem parte do vínculo familiar mais restrito; 7 - o empenho incondicional em realizar um curso profissionalizante oferecido pela instituição; 8 - certa obrigatoriedade em participar de momentos de oração (muitas destas instituições possuem forte vínculo com vertentes religiosas cristãs). Ressalto ainda que, na maior parte destas instituições não há práticas que garantam as vivências das especificidades das adolescentes travestis e de nenhum outro, pois, sob a lógica de que todos

⁴ O *Bajubá* é definido pelas travestis como sendo um dialeto oriundo dos espaços sagrados das religiões afro-descendentes; este vocabulário tem sido transmitido em vários ambientes que as travestis freqüentam, e, segundo elas, foi adotado para facilitar a comunicação nas delegacias em um momento histórico em que sofriam constantes agressões policiais (DUQUE. 2005).

têm o direito de ter o mesmo tratamento, quase tudo o que é individualizante é visto como privilégio e diferenciação negativa dos demais.

O referido programa fundamenta-se no discurso de que somente após os 18 anos o sujeito tem autonomia e direito de decidir sobre si, e acreditando em sua missão tutelar de acolhimento, proteção e facilitador de um “projeto de vida”, profissionais e instituições vinculadas a ele contribuem para uma classificação sexual que estigmatiza, buscando manter o caráter herético e punitivo do sexo. Não há nenhuma ação institucional que proponha uma des-hierarquização sexual, uma transformação que deixasse de dar legitimidade/poder àquilo que Gayle S. Rubin (2003) classificou como “sexualidade boa” dos eleitos (heterossexual, conjugal, monogâmica, inter-geração, reprodutiva e não comercial) em oposição à “sexualidade má” dos excluídos (homossexual, fora do casamento, promíscua, entre gerações, que não visa à reprodução ou é comercial).

O que foi descrito acima reflete a incapacidade desse programa, instituições e profissionais, visualizarem outras lógicas de temporalidades, localidades, movimentos, identificações, projetos criativos de vidas e pátrias econômicas excêntricas. Segundo Judith Halberstam (2005), há usos “queers” de “espaço” e “tempo” que se desenvolvem em oposição à família, heterossexualidade e reprodução, apontando para experiências fora dos marcadores nascimento, casamento, reprodução e morte.

Evidentemente que o objetivo deste texto não é propor um conformismo com a realidade das adolescentes travestis em meio à prostituição e as violências que a elas estão ligadas. Este texto quer refletir o quanto alguns profissionais, instituições e políticas públicas, contribuem para os processos de estigmatização⁵ desses sujeitos reconhecendo-os apenas como vítimas de suas experiências e não como sujeitos empenhados em constituírem-se desta forma. Além

⁵ O que estigmatiza são as características construídas socialmente que atribuem aos sujeitos um efeito de descrédito muito grande – algumas vezes elas também são consideradas um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 1988).

disso, também dificultam a identificação destas adolescentes com outras possibilidades de viverem a travestilidade fora da *pista*.

Os processos que estigmatizam, por sua vez, desempenham um papel central na produção e na reprodução das relações de poder e de controle dos sistemas sociais. O estigma tem sempre uma história (que tem influência sobre quando ele aparece e sobre a forma que ele assume), e esta história faz com que, pela estigmatização, os sujeitos sejam inseridos de diferentes formas nos sistemas ou estruturas de poder. Aqui, então, fica claro que o estigma tem relação direta com a questão da desigualdade social e a discriminação (PARKER & ANGGLINGTON, 2001).

A heteronormatividade sintetiza o conjunto de normas prescritas, mesmo que não explicitadas, que marcam toda a ordem social e não apenas no que concerne a escolha de parceiro amoroso, e que ainda, refere-se ao conjunto de instituições, estruturas de compreensão e orientação prática que se apóiam na heterossexualidade como central (MISKOLCI & PELÚCIO, 2007). Neste sentido, profissionais, instituições e políticas públicas que deveriam desestigmatizar e favorecer uma mudança na realidade de desigualdade social dessas adolescentes, terminam por favorecer a sua exclusão por meio das exigências heteronormativas postas para a construção daquilo que se reconhece como um "bom projeto de vida".

Considerações finais.

A maneira de agir da maior parte dos profissionais e instituições vinculadas ao citado programa não está empenhada somente em enfrentar/combater o que eles classificam como "ESCCA", mas, principalmente, a partir do discurso de que as adolescentes travestis devem deixar a *montagem* para a vida adulta, em impedir a própria travestilidade de se constituir. Com isso, defendem e legitimam estratégias que dificultam desvendar a artificialidade das construções privilegiadas de, entre outros, "sexualidade", "tempo", "espaço" e "proteção".

Estas construções que somos empenhados socialmente a valorizar legitimam noções clássicas dos “projetos de vidas” pensados por adultos para os adolescentes, por exemplo, “de que sexo não se faz na antes dos 18 anos”, “de que é preciso profissionalizar-se para garantir o futuro”, “de que é fundamental respeitar a família como um espaço de proteção” e “de que lugar de criança e adolescente é na escola”. As adolescentes travestis por sua vez, entre as instituições e a *pista*, por uma questão de identificação e reconhecimento, costumam optar pela permanência no mercado sexual, no qual, a despeito da violência e demais inequidades, encontram condições para empreenderem seu sonhado “projeto de vida”.

Referenciais Bibliográficos

AZEVEDO, Patrícia. SILVA, Carla. “Travesteens’ na área”. **Correio Popular**, Campinas/SP, p. 3, 06 de mai. 2004

BECKER, Daniel. **O que é adolescência**. (Coleção Primeiros Passos, 78). São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1986.

BENEDETTI, Marcos R. **Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Dissertação de Mestrado), 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPINAS/SP. Comissão permanente de direitos da criança e do adolescente da Câmara Municipal. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2003.

CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – CECRIA. Relatório Final – Brasil: Exploração Sexual Comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe. Brasília, 1999.

CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENÇÃO AOS MAOS TRATOS NA INFÂNCIA – CRAMI. Relatório Final – Projeto/Programa Rotas Recriadas/Enfrentamento ao Abuso e a Exploração Sexual Comercial de Criança e Adolescentes 2005 – 2006. Campinas/SP. 2006.

DUQUE, Tiago. **Montadas para toda a vida? O uso do silicone líquido na construção da identidade travesti**. Campinas: Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Trabalho de Conclusão de Curso), 2005.

ESCOFFIER, Jeffrey. **American Homo: community and perversity**. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1998. pp. 173 -185.

GAMSON, Joshua. “As sexualidades, a teoria *queer* e a pesquisa qualitativa”. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2006. pp. 345-362

GOFFMAN, Erving. **Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro, LTC Editora, 1988.

HALBERSTAM, Judith. **In a queer time and place: transgender bodies, subcultural lives**. New York and London, New York University Press, 2005

LOURO, Guacira L. (Org) “Pedagogias da Sexualidade”. In: **O corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. pp. 7-34.

MISKOLCI, Richard. “Do Desvio às Diferenças”. In: **Teoria & Pesquisa**. Dossiê Normalidade, Desvio, Diferenças. São Carlos, Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2005. p. 9-42

_____. “Comentário sobre A Epistemologia do Armário”. In: Miskolci, Richard; Simões, Julio Assis. Dossiê Sexualidades Disparatadas. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 28, 2007.

_____. **A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização**. Texto escrito a partir de palestra proferida pelo autor no 16º COLE - Congresso Brasileiro de Leitura. UNICAMP – 2007a. (Mimeo)

_____ & PELÚCIO, Larissa. **Apresentação: Aquele não mais obscuro negócio do desejo**. 2007. (Mimeo)

PARKER, Richard & ANGLENTON, Peter. 2001. **Estigma, Discriminação e Aids**. Col. **Abia – Cidadania e Diretos**, nº 1. Rio de Janeiro. Abia. Disponível *on line* em: <http://www.soropositivo.org/abia/estigma/3.htm>. Acesso em: 28 de setembro de 2007.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador – Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil**. Rio de Janeiro, Record: 2002.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne e na pele – ma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de Aids**. São Carlos/SP: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos. (Tese de Doutorado). 2007.

PERES, Wilson Siqueira. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania**. Rio de Janeiro: Programa de Pós- Graduação em saúde coletiva, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. (Dissertação de Doutorado) 2005.

RUBIN, Gayle. “Pensando sobre Sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade”. In: **Cadernos Pagu**, nº. 21, 2003. pp. 01-88.

SILVA, Hélio R. S. **Travesti: a invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ISER, 1993.